



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 017/2019

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 60 (sessenta) questões da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, que **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 12h do dia 10 de agosto de 2019.
10. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 13 de agosto e termina no dia 15 de agosto de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 20 de agosto de 2019.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa, será de 27 de agosto até 29 de agosto de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br .
13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 10 de agosto de 2019.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 017 /2019
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a única assertiva CORRETA relacionada aos pronomes demonstrativos:

- a) Esse meu celular aqui funciona mal.
- b) Este livro que você tem nas mãos pertence ao professor.
- c) Nestas matérias de ensino, processo civil e processo penal, eu estou aprovado.
- d) Joana e Natália foram à festa; essa de amarelo, aquela de vermelho.

2. Assinale a opção em que o uso dos pronomes demonstrativos está CORRETO:

- a) O professor afirmou isso: não teremos avaliação presencial no semestre.
- b) Aprecio Monteiro Lobato e Jorge Amado; aquela pela criatividade das histórias, esse pela brasilidade dos conteúdos expostos.
- c) Sensibilidade e carisma, esses sentimentos alguns professores demonstram.
- d) Quase não consigo mais enxergar esta árvore do outro lado da montanha.

3. De acordo com a nova ortografia, assinale a alternativa em que todas as palavras estão CORRETAS no tocante ao uso do hífen:

- a) Panamericano, Circumnavegação.
- b) Antiinfecioso, Arquiinimigo.
- c) Coedição, Coautor.
- d) Re-eleição, Re-organizar.

4. Em relação ao uso da crase, assinale a alternativa em que a frase está CORRETA:

- a) À partir de hoje, os horários de circulação de ônibus serão alterados.
- b) A reunião iniciará as 14 horas.
- c) Comunicamos a data do processo seletivo a candidata.
- d) Vejo o Uber à distância de sete metros.

5. De acordo com as regras gramaticais do uso da crase, marque a única frase INCORRETA:

- a) Não se utiliza o acento indicativo da crase antes de substantivos masculinos.
- b) Não se utiliza o acento indicativo de crase nas locuções formadas por substantivos femininos, como: a direita, a toa, a beça.
- c) Antes de pronome relativo “quem” não se usa acento indicativo de crase.
- d) Antes de verbo não se utiliza o acento indicativo da crase.

6. Sobre a acentuação gráfica na nova ortografia, assinale a alternativa em que fica evidente o ACERTO:

- a) Eles não vem para o jantar.
- b) Ele não pode participar do jogo ontem.
- c) Eles não têm noção do perigo.
- d) Ele não pára de falar em língua estrangeira.

7. Sobre a regra de acentuação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pelo Acordo Ortográfico não se acentuam o “i” e o “u” tônicos das palavras paroxítonas precedidas de ditongos crescentes.



TIPO 2

- b) Os ditongos decrescentes fechados “ei”, “eu” e “oi” são acentuados.
- c) É acentuada a vogal “i” dos hiatos quando seguida de “l”, “m”, “n”, “r”, “z” ou “nh”.
- d) Acentua-se as palavras com hiato “oo”, seguido ou não de “s”, em palavras paroxítonas.

8. Assinale a alternativa em que apresenta a regra INCORRETA quando ao emprego do vírgula:

- a) Aquele aluno é bonito, inteligente e educado.
- b) Graciliano Ramos, um dos maiores romancistas brasileiros, é alagoano.
- c) Gosto de nadar, correr e dançar.
- d) Mônica como está o seu dia?

9. Sobre a regra da regência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O verbo atingir (alguma coisa) pede complemento sem preposição.
- b) O verbo aspirar tem duas formas possíveis: “aspirar a” (alguma coisa) ou “aspirar” (alguma coisa).
- c) O verbo chegar expressa movimento e pede complemento circunstancial regido da preposição “a”.
- d) O verbo assistir tem apenas uma forma possível: “assistir a”.

10. Quanto ao uso da colocação pronominal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aqui estuda-se muito.
- b) Jamais te exponhas ao inimigo.
- c) Fiquei observando o homem que se dirigia ao portão de embarque.
- d) Quando me procurares, estarei a quilômetros daqui.

DIREITO CIVIL**11. Sobre a aplicação das normas jurídicas no tempo, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Consideram-se adquiridos apenas os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, a arbítrio de outrem.
- b) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- c) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.
- d) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa material.

12. Sobre os efeitos do legado e do seu pagamento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O legado em dinheiro vence juros desde o dia da abertura da sucessão.
- b) No silêncio do testamento, o cumprimento dos legados incumbe aos herdeiros e, não os havendo, aos legatários, na proporção do que herdaram.
- c) Em se tratando de legado, defere-se de imediato a posse da coisa.
- d) As despesas e os riscos da entrega do legado correm, em regra, à conta do testador.

13. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade administrativa ambiental é de natureza objetiva.
- b) A pretensão indenizatória decorrente do inadimplemento contratual sujeita-se, sempre, ao prazo prescricional de três anos.



TIPO 2

- c) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral, desde que demonstrada ofensa à sua honra subjetiva.
- d) Não há responsabilidade por dano moral decorrente de abandono afetivo antes do reconhecimento da paternidade.

14. Sobre o instituto do Poder Familiar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe apenas ao juiz, requerendo algum parente, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.
- b) Haverá perda do poder familiar em virtude da emancipação do filho.
- c) O pai ou a mãe que contrai novas núpcias, ou estabelece união estável, perderá, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos ao poder familiar, exercendo-os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro.
- d) Perde o poder familiar aquele que praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pessoa absolutamente incapaz pode adquirir propriedade por especificação.
- b) A idade avançada, por si só, é causa de incapacidade civil, pois, necessariamente, impede a manifestação da livre vontade.
- c) A pessoa interdita por prodigalidade só será privada de, sem curador, emprestar, transigir, alienar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.
- d) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial de bens, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.

16. Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não é possível ao juiz, em se tratando de pessoa não pertencente à família do declarante, reconhecer o estado de perigo e anular o negócio jurídico celebrado.
- b) Ainda que ambas as partes procedam com dolo, é possível alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá subsidiariamente com aquele por perdas e danos.
- d) No caso de lesão, aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

17. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O devedor que já estiver em mora responde pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito e de força maior, salvo se provar que o dano ocorreria mesmo se houvesse cumprido sua obrigação na forma contratada.
- b) O distrato e a quitação exigem a mesma forma observada no contrato c) O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.
- d) Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato que devia se abster.

18. Sobre o instituto dos Alimentos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O novo casamento do cônjuge devedor de alimentos não extingue a obrigação constante da



TIPO 2

sentença de divórcio.

- b) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, os alimentos entre cônjuges são irrenunciáveis.
- c) Com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor cessa o dever de prestar alimentos do cônjuge devedor de alimentos.
- d) A obrigação alimentar avoenga é divisível, subsidiária e complementar.

19. Sobre a disciplina legal da sub-rogação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se duas ou mais pessoas são credoras do mesmo devedor, operar-se-á a sub-rogação legal se qualquer dos sujeitos ativos pagar ao credor preferencial o valor devido.
- b) Opera-se a sub-rogação legal quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transmite todos os seus direitos.
- c) Opera-se a sub-rogação convencional em favor do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- d) Na sub-rogação há o surgimento de uma nova obrigação, havendo também a substituição do credor.

20. Assinale a alternativa CORRETA. Caracteriza a responsabilidade objetiva a ausência de:

- a) Dolo do agente.
- b) Culpa do agente.
- c) Nexo de causalidade.
- d) Dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Fulano e Beltrana são casados pelo regime da comunhão parcial de bens. Fulano assina sozinho o contrato da escola do filho do casal, Tício, que tem um custo de R\$1500,00 (mil e quinhentos reais) por mês, mais as despesas de material e matrícula. Por conta de dificuldades financeiras, Fulano deixa de pagar a escola e a dívida acumulada perfaz um total de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A escola propõe ação de cobrança contra Fulano, a qual é julgada procedente por sentença de mérito. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Fulano será executado tão logo essa sentença transite em julgado, e a meação dos bens de Beltrana será preservada na sua expropriação.
- b) A sentença é nula, pois trata-se de litisconsórcio necessário unitário.
- c) A sentença é ineficaz contra Beltrana, pois trata-se de litisconsórcio necessário não unitário.
- d) A sentença é ineficaz contra Beltrana, pois trata-se de litisconsórcio facultativo.

22. Fulano doa a sua propriedade de um imóvel a seu filho Beltrano, e mantém para si a reserva de usufruto. Em decorrência de litígios familiares contínuos, Beltrano propõe ação extintiva de usufruto, alegando que foi induzido em erro, bem como foi vítima de omissão dolosa por parte do seu pai, que fizera a manobra com o intuito de praticar fraude à execução. Busca, com isso, obter o domínio pleno do bem. Fulano é residente e domiciliado em Curitiba (PR), e o imóvel é localizado em Florianópolis (SC), ao passo que Beltrano é residente e domiciliado em São Paulo (SP). A ação é proposta em Curitiba.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juízo de Curitiba é absolutamente incompetente para processar e julgar a causa.
- b) O juízo de São Paulo é relativamente competente para processar e julgar a causa.
- c) O juízo de Curitiba é relativamente competente para processar e julgar a causa.



TIPO 2

d) O juízo de Florianópolis é absolutamente competente para processar e julgar a causa.

23. Fulano S.A. celebra um contrato de adesão com seu consumidor, Beltrano. A sede da Fulano S.A. fica em São Paulo (SC), e Beltrano reside em Chapecó (SC). No contrato de adesão, regido pela lei consumerista, há uma cláusula de eleição de foro segundo a qual a competência para dirimir questões relativas ao contrato será da Comarca de São Paulo (SP). Fulano S.A. propõe ação de cobrança contra Beltrano, junto à Comarca de São Paulo. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O magistrado poderá reconhecer a nulidade da cláusula de eleição de foro, de ofício no processo, a qualquer tempo.
- b) O magistrado poderá reconhecer a ineficácia da cláusula de eleição de foro, de ofício no processo, somente até a contestação.
- c) A nulidade da cláusula de eleição de foro somente poderá ser reconhecida, no processo, a requerimento de Beltrano.
- d) Se Beltrano não arguir a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, prorrogar-se-á a competência.

24. Sobre a validade dos atos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta será feita de imediato, sem a necessidade de comprovação de prejuízo.
- c) O reconhecimento da nulidade absoluta de um ato processual resulta na nulidade de todos os atos posteriores praticados nos processo.
- d) Atos processuais anuláveis estão sujeitos à preclusão, pois a existência de vício do consentimento deverá ser comprovada mediante depoimento.

25. Sobre o valor da causa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na ação em que há cumulação de pedidos, é o de maior valor.
- b) Na ação em que houver pedido subsidiário, é o valor deste somado ao do principal.
- c) Na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, é o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido.
- d) O juiz não poderá corrigir de ofício, e por arbitramento, o valor da causa.

26. Fulano propõe ação pelo procedimento comum contra Beltrano. O pedido está amparado por julgamento de caso repetitivo do Superior Tribunal de Justiça, para o qual não há, nem no tribunal local, qualquer entendimento em sentido contrário. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se a ação dispensar a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido.
- b) O juiz poderá, antes da citação do réu, conceder ao autor a tutela de evidência, na modalidade cautelar.
- c) O juiz não poderá conceder qualquer modalidade de tutela provisória.
- d) O juiz poderá, antes da citação do réu e caso as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalente, conceder a tutela de evidência, na modalidade antecipada.

27. A execução está suspensa e arquivada há três anos por falta de bens penhoráveis do executado. A fim de evitar a prescrição intercorrente, o exequente peticiona, requerendo a



TIPO 2

penhora on-line pela via do BACENJUD, a qual resta frutífera. Após manifestação do executado, porém, o juiz libera-lhe o dinheiro por entender que se tratava de verba impenhorável. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por ter ocorrido o desarquivamento dos autos, o processo será novamente arquivado, e o prazo da prescrição intercorrente recomeçará após um ano de suspensão.
- b) O ato interrompeu o prazo da prescrição intercorrente.
- c) O ato não interrompeu o prazo da prescrição intercorrente.
- d) Por ter ocorrido o desarquivamento dos autos, o processo será novamente arquivado, e o prazo da prescrição continuará após um ano de suspensão.

28. Sobre as incumbências do relator no tribunal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Poderá julgar o mérito recursal monocraticamente quando a sentença estiver de acordo com jurisprudência do tribunal *ad quem*.
- b) O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.
- c) O relator poderá julgar o mérito nos casos de reexame necessário quando houver súmula de tribunal superior.
- d) Caso a hipótese seja de julgamento estendido, por força de divergência na votação da turma ou câmara, manter-se-á o relator do primeiro julgamento.

29. Sobre o recurso de apelação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Interposto o recurso de apelação contra sentença que julgou liminarmente o mérito pela improcedência do pedido do autor, o juiz poderá se retratar no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) O efeito suspensivo da apelação decorrerá sempre de lei, não podendo se operar por decisão do juízo.
- c) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação.
- d) Ao admitir o recurso de apelação, o juízo de primeiro grau intimará o recorrido para que apresente contrarrazões.

30. Sobre a ação de exigir contas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o juízo entender que há a necessidade de o réu prestar as contas, essa decisão será impugnável por apelação.
- b) Se o juízo entender que não há a necessidade de o réu prestar as contas, essa decisão será impugnável por apelação.
- c) Ao julgar as contas, o juiz não poderá liquidar seus valores e apurar o saldo na mesma sentença, se este for favorável ao réu.
- d) Têm legitimidade tanto aquele que tem o dever de prestar as contas quanto aquele que tem o direito de exigí-las.

DIREITO PENAL

31. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- c) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- d) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

**TIPO 2****32. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O agente que, voluntariamente ou não, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- b) Nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- c) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta imprópriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- d) Considera-se consumado o crime quando, iniciada a execução, só não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

33. Assinale a alternativa CORRETA:

Considere a situação hipotética: “O marido para salvar a esposa, dirige veículo, mesmo sem habilitação, para levá-la ao hospital”. No caso, o marido não responde pelo do art. 309 do CTB (direção de veículo automotor sem Permissão para Dirigir ou Habilitação), pois agiu em:

- a) Legítima defesa.
- b) Estado de necessidade.
- c) Exercício regular de um direito.
- d) Estricto cumprimento do dever legal.

34. Analise a situação abaixo e assinale a assertiva CORRETA:

Dois amigos saem para caçar. Um deles se afasta do local em que estavam e quando retorna, já ao anoitecer, leva um tiro do outro caçador, que confunde o vulto na escuridão com o de um animal, e morre instantaneamente. No caso, o caçador que efetuou o disparo deve responder por:

- a) Homicídio culposo, pois se trata de hipótese de erro de tipo vencível.
- b) Homicídio culposo, pois se trata de hipótese de erro de tipo invencível.
- c) Homicídio doloso, pois pretendia matar seu companheiro.
- d) Não responderá por qualquer crime, pois se trata de hipótese de erro de tipo invencível.

35. Analise a situação abaixo e assinale a assertiva CORRETA:

“Um policial durante uma perseguição visualiza um perigoso bandido retirando um objeto da cintura bruscamente e, por acreditar se tratar de uma arma, efetua disparo de arma de fogo em sua direção, constatando posteriormente que o objeto era um aparelho celular”. A hipótese, a atitude do policial se trata de:

- a) Legítima defesa simples.
- b) Estricto cumprimento do dever legal.
- c) Exercício regular de um direito.
- d) Legítima defesa putativa.

36. No que se refere aos regimes prisionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No regime semiaberto, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.
- b) No regime fechado, o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
- c) No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.



TIPO 2

d) No regime fechado, o trabalho externo não é admissível.

37. No que se refere às penas restritivas de direitos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas remuneradas ao condenado.
- b) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados ou domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
- c) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável somente às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.
- d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago não será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, mesmo se coincidentes os beneficiários, eis que as esferas cível e penal não se confundem.

38. No que se refere à prescrição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O aditamento da denúncia é causa interruptiva da prescrição.
- b) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- c) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo total da pena, sem se considerar eventual tempo de pena já cumprida.
- d) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que ocorreu a ação ou omissão que provocou o crime, ainda que outro seja o momento do resultado.

39. Analise a situação a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

“Dentro de um ônibus, um indivíduo se masturba e ejacula no colo de uma passageira que está sentada por perto”. A hipótese apresentada se trata de:

- a) Contravenção de importunação ofensiva ao pudor.
- b) Crimes de estupro.
- c) Crime de importunação sexual.
- d) Ato obsceno.

40. Assinale a alternativa CORRETA sobre a qualificação do crime de roubo:

- a) Próprio, em relação ao sujeito.
- b) Formal, em relação ao momento de sua consumação.
- c) Hediondo, em todas as suas formas.
- d) Complexo, em relação aos bens jurídicos tutelados.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Em relação ao sistema processual penal acusatório, eleito pela Carta Magna, indique dentre as alternativas abaixo aquela que não pode ser tomada como VERDADEIRA:

- a) Exige a imparcialidade e neutralidade do juiz que aprecia a causa.
- b) Tem como característica a predominância da oralidade e o respeito pela igualdade das partes processuais litigantes.
- c) É vedada a prática de qualquer ato que possa cercear a liberdade ou direitos do acusado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, em face do princípio do estado de inocência.
- d) Permite que as partes utilizem todos os meios probatórios necessários e legais, garantindo-lhes ainda o exercício do contraditório.



TIPO 2

42. Considerando o inquérito policial e suas peculiaridades como primeira fase da persecução penal, é correto AFIRMAR:

- a) Encerrado o inquérito e encaminhado ao Juízo competente, não poderá ser devolvido à autoridade policial para qualquer finalidade, mesmo a requerimento do Ministério Público.
- b) Pode a autoridade policial mandar arquivar os autos de inquérito quando estampada indubitavelmente a atipicidade da conduta.
- c) Mesmo após arquivado o inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- d) A autoridade policial pode determinar a instauração de inquérito para apuração de delito de ação penal privada ao receber *delatio criminis* formulada por qualquer cidadão.

43. No tocante à competência no processo penal, indique dentre as assertivas seguintes aquela que estampa ERRONIA:

- a) A precedência da distribuição fixa a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente, todavia não se aplica tal prevenção em relação à distribuição resultante de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, incidindo apenas quando da distribuição da ação penal.
- b) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.
- c) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de réus e para não lhes prolongar a prisão cautelar, o Juiz entender conveniente a separação.
- d) No caso de ação privada exclusiva, poderá o querelante oferecer a queixa no foro de domicílio ou de residência do réu, mesmo quando conhecido o lugar da infração.

44. No caso de ter sido o acusado citado por edital por não ter sido localizado em todos os endereços conhecidos (art. 366 do CPP e ss.), determina a lei processual que:

- a) Siga o processo em seus ulteriores termos caso o réu não tenha comparecido ou constituído advogado, desde que o juiz nomeie defensor público ou dativo para patrocinar a defesa.
- b) Sejam suspensos o processo e o curso do prazo prescricional caso não se apresente o acusado e tampouco constitua defensor nos autos.
- c) Seja decretada a prisão preventiva diante da possibilidade de fuga, concretizada pelo não atendimento do chamado judicial.
- d) O juiz inicie desde logo, independentemente da participação do Acusado, a produção antecipada das provas consideradas urgentes, para salvaguardar a instrução processual.

45. Tendo em consideração os termos da lei processual penal relativamente à prisão e medidas cautelares, aponte abaixo a assertiva EQUIVOCADA:

- a) A proibição de ausentar-se do país será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 80 (oitenta) anos de idade.
- c) A monitoração eletrônica é modalidade de medida cautelar diversa da prisão.
- d) A autoridade policial poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a 4 (quatro) anos.



TIPO 2

46. Em relação à prova no processo penal, é INCORRETO aduzir, segundo entendimento majoritário dos Tribunais Superiores:

- a) É válido e revestido de eficácia probatória o testemunho prestado por policiais envolvidos em ação investigativa ou responsáveis por prisão em flagrante, quando em harmonia com as demais provas dos autos e colhido sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.
- b) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP (citação por edital) deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- c) Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu não exige prova por documento hábil.
- d) Em delitos sexuais, geralmente praticados às ocultas, a palavra da vítima possui especial relevância, desde que esteja em consonância com as demais provas acostadas aos autos.

47. Nos crimes de ação penal de iniciativa privada, é efetivamente ERRÔNEO afirmar:

- a) O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
- b) A autoridade policial somente poderá proceder a inquérito nesta espécie de ação a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- c) A renúncia expressa poderá ser realizada pelo procurador do ofendido que tenha recebido poderes especiais para tanto.
- d) A renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os eventuais querelantes.

48. A imparcialidade do juiz é requisito para o exercício da jurisdição. Sobre as causas de impedimento, suspeição e imparcialidade previstas na lei processual penal, é ACERTADO afirmar:

- a) Pode o juiz que atuou como perito na fase inquisitorial atuar na ação penal, desde que tenha declarado tal circunstância nos autos.
- b) Se a parte propositadamente injuriar o juiz, não poderá ser declarada ou reconhecida a suspeição.
- c) É causa de impedimento, podendo ser recusado pelas partes, a amizade íntima entre o juiz e uma destas.
- d) Nos júzcos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o segundo grau, inclusive.

49. É cabível a interposição de recurso em sentido estrito contra a decisão que:

- a) Decretar a prisão preventiva na fase judicial.
- b) Indeferir pedido de habilitação de assistente da acusação.
- c) Absolver sumariamente o acusado após a resposta à acusação.
- d) Pronunciar o acusado.

50. Sobre a Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95), indique a alternativa que NÃO está de acordo com os seus preceitos legais.

- a) O acordo realizado entre autor do fato e ofendido, se homologado, acarreta a renúncia ao direito de queixa, mas não do direito de representação no caso de ação penal pública condicionada.
- b) Se o acusado não for encontrado para ser citado, o juiz encaminhará as peças existentes ao júízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- c) A lei em comento considera infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.



TIPO 2

d) A suspensão condicional do processo poderá ser proposta também a delitos que não sejam considerados de menor potencial ofensivo, presentes os seus pressupostos específicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Em relação ao *Amicus Curiae* no processo de controle abstrato/concentrado de constitucionalidade é CORRETO afirmar:

- a) O *Amicus Curiae* é uma forma de abertura do processo de controle concentrado, permitindo a participação de pessoas que tenham notoriedade sobre a matéria discutida, com intuito de emitir parecer sobre a constitucionalidade ou não da mesma.
- b) No processo de controle abstrato o *Amicus Curiae* é considerado parte processual tendo direito de pedir adiamento do Julgamento e recorrer das decisões de mérito.
- c) A Ação declaratória de constitucionalidade não tem participação de *Amicus Curiae*, por expressa vedação legal.
- d) A atuação de *Amicus Curiae* impede a realização de audiências públicas nos processos de controle concentrado.

52. Em relação ao Poder Judiciário assinale a alternativa CORRETA:

- a) É obrigatória a promoção do juiz que figure por cinco vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.
- b) Juízes podem exercer atividade político-partidária quando autorizados pelo respectivo Tribunal.
- c) Atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo permitido férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

53. Sobre o direito fundamental de liberdade de reunião é CORRETO afirmar:

- a) Somente poder ser exercido o direito de liberdade de reunião em locais previamente determinados pelo Poder Público.
- b) As reuniões devem ser pacíficas, vedado utilização de armamento e não protegendo atos ilícitos que venham a ser praticados no transcorrer da reunião.
- c) A liberdade de reunião pode ter duração ilimitada do ato, desde que previamente comunicado a autoridade competente.
- d) A não comunicação a autoridade competente é dispensada nos casos previstos pela Constituição federal de 1988, como exemplo nas passeatas.

54. O autor que considerou a Constituição como uma folha de papel vinculada aos fatores reais do poder, foi:

- a) Frederich Mulller.
- b) Konrad Hesse.
- c) Hans Kelsen.
- d) Ferdinand Lassalle.

55. Em relação a imunidade material dos parlamentares federais é CORRETO afirmar:

- a) Podem ser suspensas durante a decretação de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.



TIPO 2

- b) A imunidade material beneficiam os corr eus envolvidos no caso concreto.
- c) Os parlamentares somente possuem imunidade material de palavras opiniões e votos nos recintos do Congresso Nacional.
- d) A imunidade material protege os parlamentares federais de responsabilidade civil, administrativa e criminal quando suas palavras opiniões e votos estiverem ligadas ao exercício do mandato parlamentar.

56. Não constitui objetivo da República Federativa do Brasil:

- a) Defesa dos Direitos Humanos
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Solidariedade.
- d) Erradicar a pobreza.

57. Sobre o direito de nacionalidade   CORRETO afirmar:

- a) Perde a nacionalidade brasileira o brasileiro naturalizado que tiver condena o criminal transitada em julgado.
- b) Filho de pai ou mãe brasileira nascido no exterior adquire a nacionalidade brasileira vindo residir no Brasil.
- c) Filhos de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país, são considerados brasileiros natos.
- d) Não existe previsão constitucional para casos de dupla nacionalidade no direito brasileiro.

58. Sobre a incorpora o de tratados internacionais de direitos humanos   CORRETO afirmar:

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados na regra do art. 5 . parágrafo 2 . tem status supralegal.
- b) Todos tratados de direitos humanos devem ser incorporados com status de emenda constitucional.
- c) Para incorpora o dos tratados de direitos humanos com status de emenda constitucional   necessária a san o do Presidente da República.
- d) A escolha do procedimento de incorpora o dos tratados de direitos humanos, se status de emenda constitucional ou supralegal,   de competência do Presidente da República.

59. Uma proposta de emenda constitucional de iniciativa parlamentar   apresentada ao Congresso Nacional. Seguindo a tramita o prevista ela   aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, obtendo em cada vota o o quorum de maioria absoluta dos presentes. Após finalizada a tramita o a proposta   encaminhada promulgada pela mesa da Câmara e do Senado e enviada ao Presidente da República para promulga o. Em rela o ao processo de tramita o da emenda seria CORRETO considerar que:

- a) Está correto, pois a CF/88 permite a iniciativa popular para propostas de emenda constitucional com quórum de maioria absoluta e determina que o presidente publique todos os atos do processo legislativo.
- b) Está incorreto, pois não existe previsão de iniciativa popular para apresenta o de emendas constitucionais, o quorum está errado por aplicado a maioria absoluta e não 3/5 dos membros das casas legislativas, e pela publica o pelo Presidente da República que não   prevista nos casos de emenda constitucional.
- c) Está incorreto em razão do processo de elabora o das emendas constitucionais ser de atribui o do poder constituinte derivado, não tendo a participa o do presidente da república,



TIPO 2

sendo a publicação presidencial neste caso o ato que vicia o processo legislativo de elaboração desta emenda constitucional.

d) Está incorreto, pois apesar da possibilidade de propositura de emendas constitucionais de iniciativa popular e da publicação do presidente da república, ocorreu um erro no quorum, pois os maioria absoluta deve ser apurada sobre os membros de cada casa do congresso nacional e não sobre os presentes.

60. Em uma caso concreto em que ocorra um conflito de direitos fundamentais entre liberdade de imprensa e direito a honra e imagem CORRETO afirmar que a solução do conflito se dá:

a) Pela revogação de um dos direitos fundamentais relacionados ao caso, pois desta forma será garantida máxima eficácia ao direito fundamental mais fraco no caso concreto.

b) Pela aplicação da ponderação de interesses, permitindo que se realize uma análise entre os direitos conflitantes de forma a proteger o direito mais fraco e restringir o direito mais forte, visando proteger o direito mais fraco sem anular o direito mais forte no caso concreto.

c) Pela aplicação da ponderação de interesses, permitindo que se realize uma ponderação entre os direitos conflitantes de forma a garantir o direito mais forte em detrimento do direito mais fraco, realizando uma revogação *in concreto*.

d) Pela aplicação do princípio da razoabilidade para realizar a ponderação entre os direitos fundamentais conflitantes, visando a suspensão de um dos direitos fundamentais relacionados ao caso, pois desta forma será garantida máxima eficácia ao direito fundamental mais fraco no caso concreto.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 017/2019
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Faça a correção dos **porquês** nas frases, de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Ao verificar a necessidade de correção, reescreva a frase completa de cada uma das alternativas abaixo:

a) Você sabe os porquês daquele fato?

b) Ela quer saber por que ele saiu.

c) Voltei por quê confio em você.

d) Os motivos porque luto são importantes para a sociedade.

e) Por quê você foi embora no meio da nossa aula?

f) Dei-me um porque como justificativa.



TIPO 2

DIREITO

2 .Antônio possui patrimônio de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), composto de dois imóveis, sendo um residencial, localizado em Curitiba, e outro, um terreno localizado no Amazonas. O mesmo é sujeito passivo de uma execução fiscal no valor R\$ 150.000,00, ajuizada em 13/12/2018. Ao ser citado o mesmo peticionou indicando a penhora o terreno localizado no Amazonas, no valor de R\$ 200.000,00, Intimada, a Fazenda rejeita a indicação por se tratar de imóvel de difícil alienação e pede que o Juiz desfaça a venda de um imóvel no valor que o executado realizou no valor de R\$ 200.000,00, efetuada em março de 2018 mesmo antes do ingresso da execução fiscal em curso, alegando fraude à Fazenda. Verificando-se que a Certidão de Dívida Ativa constante da execução foi regularmente extraída em 18/12/2017, pergunta-se: Estamos diante de uma alienação que configure fraude? Responda fundamentadamente.

DIREITO

3. Compreender o significado da noção de bloco de constitucionalidade reveste-se de fundamental importância no processo de fiscalização normativa abstrata, pois a exata qualificação conceitual dessa categoria jurídica projeta-se como fator determinante do caráter constitucional, ou não, dos atos estatais contestados em face da Carta Política. Qual é a abrangência do chamado bloco de constitucionalidade e qual seu fundamento constitucional? Responda em um texto de 8 a 10 linhas.
